



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

**TERMO DE CONTRATO N.º 054/2013/SEMA
QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE
ESTADO DO MEIO AMBIENTE E A EMPRESA
VALMIR ROSA DO NASCIMENTO.**

O ESTADO DE MATO GROSSO, através da **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.507.415/0023-50, criada pela Lei Complementar n.º. 214, de 23 de junho de 2005, com sede na Rua C, esquina com a Rua F, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA, nesta Capital, representada neste ato pelo Secretário de Estado de Meio Ambiente, Sr. **JOSÉ ESTEVES DE LACERDA FILHO**, brasileiro, casado, portador do RG n.º. 85437 - SSP/MT e do CPF n.º. 178.883.281-72, residente a Rua Montevideu, 365, Bairro Jardim das Américas, Cuiabá/MT, CEP: 78.060-589, nomeado pelo Ato Governamental n.º 10991 de 21/12/12, doravante denominada apenas **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **VALMIR ROSA DO NASCIMENTO**, inscrita no CNPJ: 11.822.304/0001-50, localizada a Rua 12, quadra 17, n.º 22, bairro Morada do Ouro II, Cep: 78.053-731, Cuiabá-MT, representada pelo Sr. **VALMIR ROSA DO NASCIMENTO**, portador do RG: 751555-3 SSP/MT e do CPF: 502.759.681-20, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente instrumento, em conformidade com os Processo n.º **543549/2013/SEMA**, na modalidade **Compra Direta n.º 8296/SAD**, sujeitando-se aos termos da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei n.º. 10.520/2002, Decreto Estadual n.º 7.217/2006, bem como, mediante as cláusulas e condições a seguir expressas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo de contrato tem por objeto a contratação de serviços de publicação de matérias em jornais de circulação diária a nível



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

local/regional e nacional, para atender a demanda da **CONTRATANTE**, conforme condições e especificações constantes na Autorização de Compra nº 8296 e Termo de Referência nº 55/2013.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E PREÇO

2.1. Os preços para os serviços contratados são os constantes da autorização de compra nº 8296, conforme discriminação abaixo:

Lote único

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS EM JORNAIS DE GRANDE CIRCULAÇÃO NACIONAL. PUBLICAÇÃO DIÁRIA, EM PRETO E BRANCO, NA COLUNA DOS CLASSIFICADOS. OBSERVAR A MEDIDA DA COLUNA DO JORNAL CONTRATADO. COLUNA POR CENTÍMETRO (COLUNAXCM).	CC	AGORA SP	212	R\$ 18,00	R\$ 3.816,00
02	SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS EM JORNAIS DE CIRCULAÇÃO LOCAL/REGIONAL (CUIABÁ-MT E REGIÃO). PUBLICAÇÃO DIÁRIA, EM PRETO E BRANCO, NA COLUNA DOS CLASSIFICADOS, NO MÍNIMO 5 (CINCO) DIAS POR SEMANA. OBSERVAR A MEDIDA DA COLUNA DO JORNAL CONTRATADO. COLUNA POR CENTÍMETRO (COLUNAXCM).	CC	JORNAL FOLHA DO ESTADO	350	R\$ 9,80	R\$ 3.430,00
VALOR TOTAL R\$ 7.246,00						

2.2. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pela contratação do serviço, o valor total de **R\$ 7.246,00** (sete mil, duzentos e quarenta e seis reais), a serem pagos parceladamente, por demanda, mediante Ordem de Serviço emitida pela **GERÊNCIA DE SERVIÇOS GERAIS /COORDENADORIA DE APOIO LOGÍSTICO** da **CONTRATANTE**;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

2.3. O valor acima poderá eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

- a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;
- b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.4. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

2.5. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Assinar o contrato no prazo máximo de **03 (três) dias**, bem como retirar a Nota de Empenho no prazo de **02 (dois) dias** corridos, contados da convocação pela **CONTRATANTE**;

3.2. Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela **Autorização de Compra nº 8296/SAD, bem como Termo de Referência nº 55/2013**, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

3.3. O prazo de execução dos serviços será imediatamente após as solicitações da **CONTRATANTE**, já a entrega do exemplar com a publicação da matéria será no dia da circulação da mesma, salvo nos casos justificados e aceitos pela Administração;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

3.4. Prestar os serviços de publicação, conforme as especificações técnicas e solicitações da **CONTRATANTE**;

3.5. No caso de erros ou imperfeições que prejudiquem a exata compreensão do texto publicado, causados por falhas de publicação, a **CONTRATADA** se obriga a efetuar nova publicação na edição seguinte às suas expensas, sem qualquer ônus ao Estado;

3.6. No mesmo dia em que sair a publicação no jornal a **CONTRATADA** deverá entregar no setor competente (solicitante) da **CONTRATANTE**, página do jornal com a respectiva publicação;

3.7. Responsabilizar-se pelos eventuais danos e prejuízos que a qualquer título vier a causar a **CONTRATANTE**, principalmente em decorrência da má qualidade do produto entregue;

3.8. A **CONTRATADA** é responsável pela publicação fidedigna do texto encaminhado pela **CONTRATANTE**, ficando vedadas modificações de quaisquer ordens;

3.9. Disponibilizar E-mail Oficial para que as solicitações de veiculação de matérias sejam feitas por meio eletrônico;

3.10. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a **CONTRATANTE**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução deste contrato;

3.11. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que, a critério da **CONTRATANTE**, se façam necessárias;

3.11.1. Os acréscimos não poderão ultrapassar o valor de R\$ 8.000,00, conforme o art. 24, II cumulado com o art. 23 II, "a", ambos da Lei nº 8.666/93;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

3.11.2. As supressões poderão ultrapassar o limite de 25% do valor global deste contrato, havendo acordo entre as partes.

3.12. A falta de quaisquer dos serviços cujo fornecimento incumbe a **CONTRATADA**, não poderá ser alegado como motivo de força maior para atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá da penalidade a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

3.13. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **CONTRATANTE**, no tocante aos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Contrato;

3.14. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da execução do serviço, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

3.15. Indenizar terceiros e/ou a **CONTRATANTE**, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a **CONTRATADA** adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

3.16. Responde a **CONTRATADA** nos casos de qualquer tipo autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a **CONTRATANTE** de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

3.17 Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas da Lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

4.2. A entrega do objeto ora contratado será acompanhado e fiscalizado por representante designado pela **GERÊNCIA DE SERVIÇOS GERAIS/COORDENADORIA DE APOIO LOGÍSTICO** da **CONTRATANTE**, com atribuições específicas;

4.3. A fiscalização exercida na entrega do serviço não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA**, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica co-responsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA CONTRATUAL

5.1. Não há previsão de garantia contratual para este contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Emitir Ordem de Fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

6.2. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste contrato;

6.3. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto deste contrato;

6.4. Efetuar o pagamento conforme a Instrução Normativa 001/2007 - SAGP/SEFAZ, a partir da apresentação da respectiva Nota Fiscal juntamente com as certidões negativas do FGTS e INSS;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

6.5. Designar, servidor fiscal do contrato, ao qual caberá a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato, conforme legislação vigente;

6.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela **CONTRATADA**;

6.7. Comunicar à **CONTRATADA** sobre possíveis irregularidades observadas na prestação dos serviços fornecidos, para imediata correção;

6.8. Notificar a **CONTRATADA** de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do serviço;

6.9. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da **CONTRATADA** às dependências da **CONTRATANTE**.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. Os recursos para pagamento do referido objeto correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade: 27101 - Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Projeto/Atividade: 2007
Natureza de Despesa: 3390 3900
Fonte: 240

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE**, conforme subcláusula 2.2, em favor da **CONTRATADA** mediante ordem bancária a ser depositada em conta-corrente, no valor correspondente, data fixada de acordo com a Instrução Normativa 001/2007-SAGP/SEFAZ, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo Fiscal do contrato, indicado pela **GERÊNCIA DE SERVIÇOS GERAIS/COORDENADORIA DE APOIO LOGÍSTICO/SEMA/MT**;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

8.2. A **CONTRATADA** deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

Parágrafo Primeiro - Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

Parágrafo Segundo - Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome da *SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE*, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 e com o seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo e deverão ser entregues na **GERÊNCIA DE SERVIÇOS GERAIS /COORDENADORIA DE APOIO LOGÍSTICO da CONTRATANTE** para serem devidamente atestadas;

8.4. A **CONTRATANTE** não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring;

8.5. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da **CONTRATADA**;

8.6. O pagamento somente será efetuado mediante apresentação da regularidade documental.

9. CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

9.1. A vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

10.1. O inadimplemento das cláusulas estabelecidas neste contrato pela **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, no todo ou em parte, a qualquer tempo, mediante comunicação oficial de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à outra parte, em consonância com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES

11.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste contrato, sujeita à **CONTRATADA**, a juízo da administração, garantida a prévia e ampla defesa, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), sobre o valor contratado, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93.

11.1.1. A multa, prevista neste item será descontada dos créditos que a **CONTRATADA** possuir com **CONTRATANTE**, e pode cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com multa prevista no **item 3.1**.

11.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial, a **CONTRATANTE** poderá aplicar a **CONTRATADA**, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93:

11.2.1. Advertência por escrito;

11.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

11.2.3. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com Órgão/Entidade, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria



**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

11.3. A **CONTRATADA** que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 02 (dois) anos e, se for o caso, será suspensa junto ao Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei;

11.4. Caso a **CONTRATADA** não possua nenhum valor a receber da **CONTRATANTE**, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo ainda a **CONTRATANTE** proceder à cobrança judicial;

11.4.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de (05) cinco dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a **CONTRATANTE**, reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

11.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas nesta seção, e no item 3.1. e inclusive a reabilitação perante a Administração Pública;

11.6. As multas previstas nesta seção não eximem a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a **CONTRATANTE**.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO DIREITO DE PETIÇÃO

12.1. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

13.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que, a critério da **CONTRATANTE**, se façam necessárias;

13.2.1. Os acréscimos não poderão ultrapassar o valor de R\$ 8.000,00, conforme o art. 24, II cumulado com o art. 23 II, "a", ambos da Lei nº 8.666/93;

13.2.2. As supressões poderão ultrapassar o limite de 25% do valor global deste contrato, havendo acordo entre as partes.

13.3. A **CONTRATANTE** poderá revogar este contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

13.3.1. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;

13.3.2. A nulidade não exonera a **CONTRATANTE** do dever de indenizar a **CONTRATADA** pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa.

14. CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DO FORO



**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

14.1. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá, 18 de novembro de 2013.

JOSÉ ESTEVES DE LACERDA FILHO

Secretário de Estado do Meio Ambiente

VALMIR ROSA DO NASCIMENTO

Representante da Contratada

TESTEMUNHAS:

MAKSON ESCOLÁSTICO MORAES

CPF: 922.329.061-91

FERNANDA B. C. DE SOUZA

CPF: 973.078.581-34